

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A., 76.717.040/0001-10 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Licença de operação para a clínica médica implantada na Rua Avenida Getúlio Vargas, 3201 - Água Verde - Curitiba - PR, CEP. 80240-041.

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA**

PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A., 76.717.040/0001-10 torna pública a emissão da licença prévia ambiental, concedida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, para a clínica médica implantada na Rua Avenida Getúlio Vargas, 3201 - Água Verde - Curitiba - PR, CEP. 80240-041

**IT SISTEMAS CONSTRUTIVOS S.A. - Em Recuperação Judicial**  
CNPJ: 14.936.425/0001-11  
NIRE 41.300.080.747**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente edital e em conformidade com o que estabelece o parágrafo quarto do artigo 7, combinado com o artigo 15 de seu Estatuto Social, são convocados os conselheiros e acionistas da IT SISTEMAS CONSTRUTIVOS S.A. - Em Recuperação Judicial para se reunirem, os primeiros, em Reunião do Conselho de Administração, às 09:00 (nove horas) e os segundos em Assembleia Geral Extraordinária às 10:00 (dez horas), que se realizarão no dia 31 de março de 2023, respectivamente, na sede da Companhia, a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.400, bairro Cidade Industrial, em Curitiba, estado do Paraná. CEP: 81.450-900, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Reunião do Conselho de Administração

I) Eleger/Reeleger a Diretoria da Companhia para novo mandato de 03 (três) anos, a iniciar em 31 de março de 2023 e encerrar em 30 de março de 2026.

II) Nomear e empossar a Diretoria Eleita/Reeleita, com mandato a iniciar em 31 de março de 2023 e encerrar em 30 de março de 2026.

Assembleia Geral Extraordinária

I) Retificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 03/04/2020, corrigindo o contido na Cláusula 5ª da Consolidação do Estatuto.

II) Retificação do Anexo I da Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 03/04/2020, corrigindo os acionistas presentes.

III) Ratificar as demais Cláusulas do Estatuto Social.

IV) Consolidar o Estatuto Social com as correções.

Curitiba/PR, 21 de março de 2023

João Villar Garcia, Presidente do Conselho de Administração

**Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A.**

CNPJ nº 04.087.783/0001-43 - NIRE 41.300.069.832  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AVISO AOS ACIONISTAS  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam as acionistas da Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. convocadas a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 09:30 horas, na sede social da Companhia, situada no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, nº 1.342, térreo, Dom Pedro II, CEP 83221565, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) eleição dos membros da Diretoria da Companhia e fixação da respectiva remuneração. Documentos à disposição: Encontra-se à disposição das acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício de 2022. Paranaguá, 24 de março de 2023. Paulo Menegueti - Diretor Presidente.

**GPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A**  
CGC/MF 75.204.354/0001-57**AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Perneta, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

**CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 27 de Abril de 2023, sendo a primeira chamada às 15:00h e a segunda chamada às 15h30min, na Rua Emiliano Perneta, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados do exercício social encerrado em 31.12.2022.

b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2022.

c) Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2023.

João Cesar Fernandes Pessoa  
Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO****REPETIÇÃO DO CONVITE Nº 01/2022**

O Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07 torna público aos interessados, que se encontra aberta a Licitação para contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento dos benefícios de vale-refeição e vale-alimentação, através de cartão eletrônico equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de atender os funcionários do CRBio-07. O processo licitatório e a execução do contrato serão regidos pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93. Modalidade: CARTA CONVITE; Tipo: MENOR PREÇO; Edital: nº 01/2022; Data do certame: 03/04/2023; Horário para credenciamento: até às 14h; Horário do certame: 14h; Local: Sede do CRBio-07, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 170, 13º andar, Centro, Curitiba-Paraná, CEP 80020-090. Meios para aquisição do Edital: através do link <https://crbio7.incorp.tech/licitacoes/> ou através do e-mail [licitacoes@crbio07.gov.br](mailto:licitacoes@crbio07.gov.br)

ANDRÉA GRACIANO DOS SANTOS FIGUEIREDO  
Presidente da Comissão

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

**PORTARIA Nº 87/2023**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.703/2006, artigo 9º, inciso II, **R E S O L V E** -Nomear a Servidora abaixo relacionado para exercer o cargo de Assessor de Vereador, símbolo CC2, do Quadro Próprio de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Araucária, a partir de 03 de abril de 2023. Lotar a Servidora abaixo relacionado no Gabinete do Vereador Ricardo Teixeira de Oliveira, a partir de 03 de abril de 2023. SERVIDOR Genice do Amaral RG 3374116199 SSP/SP Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de março de 2023. Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador Ricardo Teixeira de Oliveira1º SECRETÁRIO2º SECRETÁRIO.

**PORTARIA Nº 88/2023**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.703/2006, artigo 9º, inciso II, **R E S O L V E**: -Nomear a Servidora abaixo relacionado para exercer o cargo de Assessor de Vereador, símbolo CC2, do Quadro Próprio de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Araucária, a partir de 04 de abril de 2023. Lotar a Servidora abaixo relacionado no Gabinete do Vereador Aparecido Ramos Estevão, a partir de 04 de abril de 2023. SERVIDOR Patrícia Beatriz da Silva Castro RG 14.750.867-0 SSP/PR Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de março de 2023. Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador Ricardo Teixeira de Oliveira1º SECRETÁRIO2º SECRETÁRIO.

**PORTARIA Nº 89/2023**

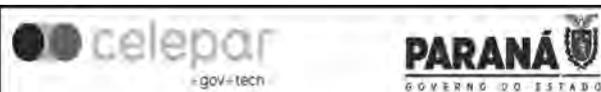
A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.803/2007, artigo 42, inciso I, e Processo Administrativo nº 37/2023, **R E S O L V E**: -Conceder Progressão Vertical por Habilitação ou Titulação ao Servidor Rian Dalmoro Padilha ocupante do cargo de Técnico em Informática, do Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária, passando da Referência R2 Nível 1 para a Referência R2 Nível 3 da Tabela de Vencimentos E, a partir de 1º de abril de 2023. A presente Portaria, ressalvado o disposto no inciso I, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 23 de março de 2023. Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador Ricardo Teixeira de Oliveira 1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO.

**TERMO ADITIVO Nº 01/2023**

Termo Aditivo nº 01/2023 ao Contrato nº 06/2022, Processo de Licitação nº 164/2022, referente à contratação de serviço de publicação de atos oficiais, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CNPJ nº 78.134.012/0001-04, Contratante, representada neste ato por seu Presidente, Vereador Ben Hur Custódio de Oliveira, portador do RG nº 5934915-3 SESP PR e inscrito no CPF sob o nº 790.676.469-20, Brasileiro, e a empresa EDITORA BEM PARANA LTDA, CNPJ/MF nº 76.637.305/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Roney Rodrigues Pereira, portador do RG nº CPF 470.195.909-00 1.918.984 SSP-PR RG nº 1.918.984 SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 470.195.909-00.

**TERMO ADITIVO Nº 06/2023**

Termo Aditivo nº 06/2023 ao Contrato nº 06/2019, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de captação, transmissão, armazenamento e publicação de sinais de áudio e vídeo pela internet (Portal da Câmara, Facebook e Youtube) das sessões da Câmara Municipal de Araucária, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CNPJ/MF nº 78.134.012/0001-04, Contratante, representada neste ato por seu Presidente, Vereador Ben Hur Custódio de Oliveira, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 5.334.915-3, CPF sob o nº 790.676.469-20 e empresa STUDIO E LOJA COLOR (Isaac Ferreira Cordeiro - ME), inscrita no CNPJ/MF nº 08.174.595/0001-03, neste ato representada pelo Sr. Isaac Ferreira Cordeiro, inscrito no CPF sob o nº 559.713.779-49.

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR**  
CNPJ: 76.545.011/0001-19**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 94ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Celepar, por meio do presidente do Conselho de Administração da companhia, João Elias de Oliveira, convoca seus acionistas para participarem da sua 94ª Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá em 31 de março de 2023, sexta-feira, às 10h, por webconferência, com a seguinte pauta:  
Item único: Alteração do artigo 33 do Estatuto Social da de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar.

**AUGUSTO THOMAZ S/A. - IND. E COM. DE MADEIRAS**  
CNPJ/MF - 78.142.999/0001-09**AVISO AOS ACIONISTAS**

A Diretoria da companhia Augusto Thomaz S/A - Indústria e Comércio de Madeiras, em consonância com os dispositivos legais e estatutários vigentes, comunica aos Senhores Acionistas que a partir de 24 de março de 2023, em horário comercial, encontram-se à sua disposição, na sede social da Companhia, situada na Rua Coronel Gracia nº 410 Bairro Centro na cidade de Irati, Estado do Paraná, CEP 84.500-066, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 2.023.

Irati/PR, 24 de março de 2023  
EDSON MARCIO THOMAZ  
Diretor

**GUTIERREZ, PAULA, MUNHOZ S/A - CONSTRUÇÃO CIVIL.**  
CGC/MF 76.495.886/0001-53**AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Perneta, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

**CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 27 de abril de 2023, sendo a primeira chamada às 14:00h e a segunda chamada às 14h30min, na Rua Emiliano Perneta, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados, relativas do exercício social encerrado em 31.12.2022.

b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2022.

c) Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2023.

João Cesar Fernandes Pessoa  
Diretor Presidente

**TOMADA DE PREÇOS****EDITAL Nº 04/2023**

Com lote exclusivo me e epp.

A Prefeitura Municipal de Campo Largo, PR, comunica aos interessados que receberá até às 09:00 horas do dia 12 de abril de 2023, em sua sede, na Avenida Padre Natal Pigato, nº 925 - Bloco 07, propostas para a contratação de empresa especializada para execução de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REFORMA DA PONTE DOS TRÊS RIOS E NA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REFORMA DO CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE CAMPO LARGO. TIPO DE LICITAÇÃO: De Menor Preço por obra específica VALOR MÁXIMO FIXADO: R\$342.400,00 (Trezentos e quarenta e dois mil com quatrocentos reais) Os interessados poderão fazer o download do edital no site [www.campolargo.pr.gov.br](http://www.campolargo.pr.gov.br) - Empresas - Licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, aos 24 dias do mês de março de 2023.

LUCIANO ERICO DA SILVA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

# 3350.6620



TCP - LOG S.A. CNPJ nº 13.438.815/0001-07

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: A administração da TCP - Log S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais submeteu à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Table with columns: Balanços patrimoniais, Controladora, Consolidado, Ativo Circulante, Não circulante, Passivo Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido.

Table with columns: Demonstrações de resultados, Controladora, Consolidado, Receita líquida de vendas, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Despesas gerais e administrativas, Provisão para perda por redução do valor recuperável - contas a receber, Equivalência patrimonial, Outras despesas operacionais, Total das despesas operacionais, Lucros antes do resultado financeiro e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Resultado antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social corrente, Lucro líquido do exercício.

Table with columns: Demonstrações de resultados abrangentes, Controladora, Consolidado, Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total, Demonstrações de resultados do patrimônio líquido, Reservas de lucros, Lucros acumulados, Saldos em 1º de janeiro de 2021, Reversão de dividendos, Lucro líquido do exercício, Destinações, Instituição de reserva legal, Dividendos mínimos propostos, Constituição de reservas de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Lucro líquido do exercício, Destinações, Constituição de reserva legal, Dividendos mínimos obrigatórios, Constituição de reserva de retenção de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2022.

Table with columns: Demonstrações dos fluxos de caixa, Controladora, Consolidado, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Aumento de caixa e equivalentes de caixa, Provisão para riscos tributários (controladora e consolidado), Aumento de caixa e equivalentes de caixa.

1. Contexto operacional: O TCP Log S.A. ("Companhia") foi criada em 10 de março de 2011, com a denominação social de YIKAS Empreendimentos e Participações S.A., com capital de R\$ 155 mil dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 a Companhia mudou sua razão social para TCP Serviços Logísticos S.A. e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá - PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II, nº 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A. A Companhia tem por objeto: (a) Prestar serviços de operação de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciamento, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modos; (b) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro; (c) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres; (d) Desenvolver e manter infraestruturas e estações para veículos automotores; (e) Importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores; (f) Desenvolver, incorporar, gerenciar e operar parques logísticos, inclusive com compra, venda, locação, arrendamento ou cessão de áreas ou espaços comerciais a terceiros, bem como explorar direitos de passagem e demais outorgas imobiliárias relacionadas ao ramo da logística ou atividades afins; (g) Executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia; e (h) Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado a qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores, inclusive de operações reguladas ou sujeitas aos regimes de concessão, permissão ou autorização. Em 2 de junho de 2017 a Companhia integrou o capital do Centro Logístico de Paranaguá o qual está ativo, mas sem operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. 2.1. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP LOG S.A. e de sua controlada TCP LOG Centro Logístico Industrial Avançado Paranaguá Ltda. A demonstração da controlada é elaborada com base nos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, portanto, não existe qualquer desfazagem em relação ao exercício de apresentação da controlada. Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas consórcios. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Table with columns: Name, Principal atividade, País - sede, 2022, 2021. Includes TCP Log Centro Logístico Industrial Avançado Paranaguá Ltda. with Armazenamento, Brasil, 100%, 100%.

(i) Controladas: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Participação de acionistas não-controladores: O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iii) Perda de controle: Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desconsolida os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas devidadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

2.2. Base para elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos mensurados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas nas demonstrações do resultado. 2.4. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras serão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 16 de março de 2023. 2.5. Receita de contratos com clientes: O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. O CPC 47/IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. a. Prestação de serviços: A Companhia está envolvida na exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações são compatíveis com as obrigações do contrato de concessão. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, o total da contraprestação devesse ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e o preço de venda de serviços individuais são amplamente similares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. b. Provisões de receitas: As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais está sendo gerado documento fiscal pendente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a percentagem de conclusão das mesmas até o encerramento do mês para a registro de venda. 2.6. Impostos: Imposto de renda e contribuição social - Correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme regime de aplicação Lucro Real. Imposto sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviço exercido quando: a. Os impostos sobre os serviços incorridos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; b. Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços; c. O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: - Programa de Integração Social - PIS: 0,65%; - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3%; - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: entre 2% e 5% sobre serviços. 2.7. Instrumentos financeiros: A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os ativos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Ativos financeiros ao custo amortizado: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda

por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusive nesta categoria. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nos dados do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") incorrido e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidências de perda por redução do valor recuperável podem incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas não entrem em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com default. Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros: O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo não são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos consiste no custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Evita aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados. Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação foi revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.8. Imobilizado: Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e às perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo financeiro com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma essência relevante for feita o seu custo e reconhecimento no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual, o método de depreciação e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação e cálculo de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue, para os dois exercícios apresentados: Empilhadeiras 5 a 10 anos; Móveis e utensílios 10 anos; Equip. de processamento de dados 10 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos; Edificações e instalações 25 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. 2.9. Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para devalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável é um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa e definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 2.10. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de curto prazo com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aplicação. 2.11. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.12. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: - Receitas de juros e - Despesas de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. 2.13. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode não levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo, ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração faz os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução do valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorado a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não identificou nenhum assunto que requiera a constituição provisória para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Provisões para riscos civis, tributários e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); - Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração prática 2); - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); - IFRS 17 Contratos de Seguros e alterações a IFRS 17 Contratos de seguros; e - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e bancos, aplicações financeiras, Banco Santander, Banco Itaú, Total caixa e equivalentes. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações comprometidas de renda fixa, remuneradas à taxa que variam de 90% a 97,5% em 31 de dezembro de 2022 (96% a 97,5% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os resgates são efetuados conforme necessidade de caixa. Não existem restrições para a utilização dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

6. Contas a receber (controladora e consolidado): Clientes, Serviços prestados e não faturados, (-) Provisão para perda por redução do valor recuperável.

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2022 os cinco maiores representam 98,2% da receita bruta (95% em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021, Vencidos em até 30 dias, Vencidos em 31 a 90 dias, Vencidos de 91 a 180 dias, Vencidos acima de 180 dias.

Os valores apresentados na provisão para perda por redução do valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e provisões de condições reconhecidas futuras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A provisão para perda por redução do valor recuperável totalizou R\$ 72 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 112 em 2021. A movimentação da provisão para perda por redução do valor recuperável está demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021, Saldo no início do exercício, Baixa de provisão, Constituição de provisão, Saldo no final do exercício.

7. Investimentos (controladora): Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na Junta Comercial do contrato social do Centro Logístico Industrial Avançado de Paranaguá Ltda., para o qual foi contabilizado o investimento a integralizar no valor de R\$ 2.000 sendo composta por 2.000 milhões de quotas. Em 2 de junho de 2017 a Companhia integrou o capital na controlada. A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021, Saldo no início do exercício, Equivalência patrimonial (T), Saldo no final do exercício.

(I) Equivalência patrimonial proveniente de rendimento de aplicação financeira mantida na controlada. 8. Imobilizado (controladora e consolidado): As movimentações do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram as seguintes:

Table with columns: Vida útil, 25 anos, 10 anos, 10 anos, 10 anos, 10 anos, Edificações e instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos e processamentos de dados, Empilhadeiras, Custo, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Vida útil, 25 anos, 10 anos, 10 anos, 10 anos, 10 anos, Edificações e instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos e processamentos de dados, Empilhadeiras, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

9. Obrigações tributárias a recolher (controladora e consolidado): a. Obrigações tributárias a recolher: ISS, PIS, COFINS, Outros impostos. b. Imposto de renda e contribuição social a recolher: Imposto de renda, Contribuição social.

10. Obrigações trabalhistas (controladora e consolidado): Provisão de bônus, Provisão de férias, Outras obrigações trabalhistas.

11 Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado): 31/12/2022 (Lucro presumido), Imposto de renda, Contribuição social.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021, Receita bruta de serviços, Alíquotas de presunção, Base de cálculo, Rendimento sobre aplicação financeira, Alíquotas, Tributos, Diferença de alíquota, Total tributos lançados ao resultado, Imposto de renda, Contribuição social, Receita bruta de serviços, Alíquotas de presunção, Base de cálculo, Rendimento sobre aplicação financeira, Alíquotas, Tributos, Diferença de alíquota, Total tributos lançados ao resultado.

12. Provisão para riscos tributários (controladora e consolidado): A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza tributária para as quais mantém provisão como a seguir:

Table with columns: 31/12/2022, Adições, Baixas, 31/12/2021, Trabalhista, Tributarista, Total.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém, ainda, outros processos trabalhistas em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 20.041 (R\$ 202 em 31 de dezembro de 2021), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021, Trabalhista, Cíveis.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia foi citada em três processos de indenização por danos materiais (indenização de avarias em mercadorias) no montante de R\$ 20.041. Vale ressaltar que um desses processos, no montante de R\$ 3.381, a responsabilidade é compartilhada com a TCP Terminal.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 5.690 representado por 8.116.936 ações ordinárias, ordinárias nominativas. b. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 12.149, após constituição da reserva legal do exercício no valor de R\$ 438, a reserva legal atingiu o limite de 20% segundo a Lei das S/A 6.404/76 Artigo 193. No exercício, foi gerado dividendo mínimo sobre o saldo de lucro do exercício (R\$ 11.711 x 25%) a pagar de R\$ 2.928. Em 31 de dezembro de 2022 as reservas de lucros somavam R\$ 21.893 (R\$ 12.672 em 31 de dezembro de 2021) e deverá ser deliberada por AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira, no exercício de 2023.

14. Remuneração dos administradores: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 61 (R\$ 53 em 2021).

15. Receita líquida de vendas (controladora e consolidado): Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021, Receita bruta de vendas, Deduções da receita, Impostos federais, Impostos municipais, Total das deduções, Receita líquida de vendas.

16. Custos e despesas operacionais por natureza (controladora e consolidado): Custos dos serviços prestados, Provisão para perdas de créditos esperados, Despesas gerais e administrativas, Total dos custos e despesas, Custos e despesas por natureza: Custos de armazenagem e insumos, Água, luz e outras despesas administrativas, Depreciações e amortizações, Despesas com transporte e combustível, Despesa com energia elétrica, Provisão para perda por redução do valor recuperável - contas a receber, Despesas com pessoal.

17. Resultado financeiro: Despesas financeiras, Despesas bancárias e descontos concedidos, Outras, Total, Receitas financeiras, Rendimento de aplicação financeira, Total, Resultado financeiro líquido.

18. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como não contribui instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados. Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 2021 e correspondem, apropriadamente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como se segue:

Table with columns: Ativos financeiros, Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), Passivos financeiros, Dividendos a pagar, Fornecedores, Valor contábil e valor justo, 31/12/2022, 31/12/2021, Ativos financeiros, Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), Passivos financeiros, Dividendos a pagar, Fornecedores, Valor contábil e valor justo, 31/12/2022, 31/12/2021.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Disponibilidades de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. A Companhia não possui contratos (cláusulas restritivas) e bens dados em garantia, atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes. b. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros - Risco de crédito - Risco de liquidez; e - Risco de mercado. (I) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo sofrer em perdas financeiras com cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprimento com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Para maiores informações sobre a exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes, veja nota explicativa 6. (II) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo não encontre dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para continuar

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da TCP - Log S.A.**

**19. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia inclui dentro da

**20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros. A TCP Log celebrou a Escritura de Emissão, na qualidade deadora e principal pagadora da totalidade das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Emissora") na Escritura de Emissão das Debêntures, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (conforme alterada ("Código Civil")), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de maio de 2015 ("Código de Processo Civil"), e responsabilizando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretirável, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário, Valor

**21. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário do TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2023, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de março de 2023

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6-F-PR

**João Alberto Dias Panzeri**  
Contador CRC PR-048553/O-2

**Diretoria**  
Xiaojun Cao - Diretor Presidente  
Kiaodong Wang - Diretor Financeiro  
Joanir dos Santos Passos - Contador - CRC-PR 048980/O7

**AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 1/2023**

O MUNICÍPIO DE GUAPOREMA, torna público que fará realizar as 09:00 horas do dia 28 de abril de 2023, em sua sede, situada à Rua Pará, 86, centro, em Guaporema, na sala de Licitações da Prefeitura, a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do Tipo Técnica e Preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração, organização e aplicação de concurso público, para provimento de vagas no quadro de servidores efetivos do Município de Guaporema/PR. A Pasta técnica, com inteiro teor do Edital e seus respectivos modelo e anexos, poderá ser examinado no seguinte endereço: site da Transparência da Prefeitura Municipal de Guaporema (<http://www.guaporema.pr.gov.br>) pedido de esclarecimento dúvidas serão dirimidas pelos e-mail [pmguaporema@uol.com.br](mailto:pmguaporema@uol.com.br) ou [claudio.batista261@hotmail.com](mailto:claudio.batista261@hotmail.com). Informações adicionais deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação no endereço, e-mail acima mencionado ou pelo - Telefone -44 3684 1210 ou 44 3684 1206.

Guaporema, 24 de março de 2023.

Claudio Batista Pereira  
Presidente da Comissão de Licitação

**CURITIBA - 2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS**  
Mariana Carvalho Pozenato Martins - Oficial - CPF 008.419.589-47  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 603/10º Andar  
Fone: 41 3014-0512 - Curitiba - Paraná CEP: 80.430180  
Horário das 8:30 às 17:00 hrs - Site: [www.tricuritiba.com.br](http://www.tricuritiba.com.br)

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PRAZO QUINZE DIAS**

Mariana Carvalho Pozenato Martins, Oficial do 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

**NOTIFICA LUIZ DE FREITAS SANTOS FILHO, EDIANE SARTORI LAM e JOÃO RIEZEMBERGER LEVISKI SOARES**, não encontrados nos endereços: a) Rua Doutor Gulin, 918; b) Rua Doutor Gulin, 942; e c) Rua Atílio Bório, 1.849; ambos nesta cidade; para que, querendo, se manifestem na condição de confrontantes e proprietários dos imóveis descritos nas matrículas 10.846 e 20.011 e transcrição 42.430, do 3º Serviço de Registro de Imóveis, desta cidade, sobre a retificação da descrição do imóvel da transcrição 11.456 do livro 3-G, deste ofício, que se refere ao lote nº 93-B, da planta Jaime Ross, sito na Rua Atílio Bório, 1865, nesta cidade, com indicação fiscal 34.064.021.000, de propriedade de Mario Leonardo Torquato, sucessor de Jacob Zeghbi, e que, confronta com os imóveis dos notificados. Os documentos apresentados ficam franqueados para exame e extração de cópias pelos notificados; aos quais é concedido o prazo legal de quinze (15) dias úteis após a segunda publicação deste edital, para que, querendo, apresentem impugnação.

O presente edital é publicado duas vezes, com intervalo de quinze entre a primeira e a segunda publicação, e transcorrido o prazo legal de quinze (15) dias úteis da segunda publicação, e não havendo impugnação será lançada a averbação retificatória na transcrição 11.456 do livro 3-G, deste serviço (protocolo do requerimento de retificação 377.434).

Curitiba, 03 de fevereiro de 2023.

MARIANA CARVALHO POZENATO MARTINS  
Oficial do Registro

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2023-MP/PGJ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

1-Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de informática, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. 2- Abertura: dia 13 de abril de 2023 às 13h (horário de Brasília). 3- Local: site do Banco do Brasil S/A ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)). 4 - Edital e Informações Complementares: Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) e no site do Banco do Brasil S/A - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) Curitiba, 24 de março de 2023.

**Edital do Pregão Eletrônico N.º 17.2023**

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às 13:30 horas do Dia 12 de abril de 2023 horário de Brasília - DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TELEFÔNICOS/TELEFONIA**. Outras Informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site [www.imbau.pr.gov.br](http://www.imbau.pr.gov.br), ícone Licitações e/ou a pasta Técnica, poderá ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr - Fone 42 - 3278 -8125.

Imbau 24 de março de 2023.

**GEYSLA GEOVANA PRACHUM**  
Pregoeira

**Colombo Prefeitura Municipal**

**Aviso de Licitação**

**Edital - Pregão Eletrônico N.º 035/2023**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada, por meio do Sistema de Registro de Preços, para execução de Serviços de Borracharia, necessários aos veículos da frota do Município de Colombo.

**Recebimento das Propostas:** das 09:00 HORAS do dia 28 de MARÇO de 2023 até às 13:00 HORAS do dia 11 de ABRIL de 2023.

**Início da sessão de Disputa de Preços:** Às 14:00 HORAS do dia 11 de ABRIL de 2023. (Horário de Brasília).

**Local de Abertura:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link ([blcompras.org.br](http://blcompras.org.br)).

**Preço Máximo:** Constante no edital.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Lote. Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro N.º 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 24 de março de 2023.

**Helder Luiz Lazarotto**  
Prefeito Municipal

**CAIXA** GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA FAZENDA

**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**AVISO DE VENDA**

**Edital de Leilão Público nº 3051/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3052/0223-CPA/RE - 2º Leilão**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 20/03/2023 até 23/04/2023, no primeiro leilão, e de 03/05/2023 até 08/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. FABIO GONCALVES BARBOSA, Rua Duque de Caxias, 280, Centro, Araruna/PR - CEP 87260-000. Fones 0800-707-9339/0800-707-9272 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: [www.fabiobarbosaleiloes.com.br](http://www.fabiobarbosaleiloes.com.br). O Edital estará disponível também no site: [www.caixa.gov.br/imoveis/caixa](http://www.caixa.gov.br/imoveis/caixa). O 1º Leilão realizar-se-á no dia 24/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 09/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro [www.fabiobarbosaleiloes.com.br](http://www.fabiobarbosaleiloes.com.br).

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS**

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2023 - PMM - EXCLUSIVO PARA ME E EPP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 030/2023-LIC**

**MODALIDADE:** Registro de Preços.

**TIPO:** Menor preço unitário por item.

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de material médico hospitalar, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 27 de março de 2023.**

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 13 de abril de 2023.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 13 de abril de 2023.**

**Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).**

**LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) "Acesso Identificado no link - licitações".**

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.marmeleiro.pr.gov.br](http://www.marmeleiro.pr.gov.br).

**INFORMAÇÕES:** (46) 3525-8107 ou (46) 3525-8105.

Marmeleiro, 24 de março de 2023.

**Francieli de Oliveira Mainardi**  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 12/2022**

**RESULTADO DE RECURSO**

**ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E COMPLEMENTARES PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, comunica aos interessados do processo em epígrafe, que o recurso interposto pela proponente PAULO ZUAN BENEDETTI CHENSO ARQUITETURA foi indeferido, mantendo a proponente PROJEGOV PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS LTDA vencedora neste certame.

Telêmaco Borba, 24 de março de 2023

**Grazielle Rodrigues Prestes Honorato**  
Comissão Permanente de Licitação

**BEM PARANÁ**

Quase metade dos curitibanos diz o Ministério da Saúde

Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR

**Informação vai bem.**

[bemparana.com.br](http://bemparana.com.br)



TCP Participações S.A.

CNPJ nº 15.327.720/0001-33

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021

Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas, A Administração da TCP Participações ("Companhia") em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente emitido e aprovado por esta Diretoria. Em 2022 a Companhia realizou sucessivos investimentos em produtividade os quais proporcionaram um crescimento de 5% após período conturbado no comércio exterior. As melhorias realizadas possibilitaram a meta operacional da TCP atingir níveis recorde de produtividade, resultando em mais navios sendo operados rapidamente e em redução significativa no número de omissões. Para 2023, vamos potencializar o nosso parque de equipamentos e capacidade de recebimento de cargas. No aspecto operacional, a TCP movimentou 1.161.791 TEUs (twenty-foot equivalent unit) em 2022, um aumento de 5,5% em relação a 2021. Nas exportações, o destaque foi para os congelados, carne ché de vaca, que possui o maior número de tomadas para contêineres refrigerados entre os terminais brasileiros. Foram 208.479 TEUs, 8% maior do que em 2021. O aumento se deve também ao modal ferroviário. Um em cada cinco contêineres de exportação chegam ao terminal pela ferrovia, grande diferencial logístico da empresa, a única do sul do país com acesso diário em zona alfandegada. Com aumento de quase 40% em comparação a 2021, foram movimentados 189.014 TEUs pelo modal. As importações de defensivos agrícolas cresceram 136% em relação ao ano anterior, no total de 21.024 contêineres em 2022, motivados pela liberação de novas licenças de importação e diferenças logísticas da TCP. Também foram registrados aumentos nas importações de painéis solares e geradores fotovoltaicos, com 45% de crescimento. Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2022, a Receita Líquida foi de R\$ 1.151,3 milhões, valor 18% maior que o exercício do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 974,2 milhões. O EBITDA Ajustado da Companhia conforme quadro abaixo (1) em 2022 obteve um aumento de 11,4%, chegando ao valor de R\$ 685,6 milhões, contra R\$ 615,6 milhões do ano anterior.

Conciliação do EBITDA X EBITDA AJUSTADO table with columns for 2022, 2021, and Delta (%). Rows include Depreciação e Amortização, Imposto de Renda CSL, Despesas Financeiras Líquidas, EBITDA Contábil, Despesas/recitas não recorrentes, Pagamento de Outorga - Arrendamento APPA, and EBITDA Ajustado.

de 2022 totalizaram R\$ 526,9 milhões, contra R\$ 427,4 milhões no exercício de 2021. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos (combustível). O resultado líquido positivo em 2022 foi de R\$ 311,5 milhões contra R\$ 422,2 milhões no ano de 2021, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 154,1 milhões negativos, contra R\$ 91,7 milhões positivo no exercício de 2021. A dívida bruta totalizou em 2022 R\$ 236,8 milhões, contra R\$ 571,3 milhões em 2021. A posição de caixa da Companhia no exercício foi de R\$ 283,9 milhões contra R\$ 240,4 milhões, no exercício de 2021. Ainda sobre o aspecto operacional o MPH (Movimento por Hora Navio) médio foi de 93 em 2022 (74 em 2021). A KPMG Auditores Independentes prestou os serviços como auditores independentes em nossas demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios encerrados em 31/12/2022 e 2021 e não prestou qualquer outro serviço à Companhia. Atenciosamente, Xiaojun Cao - Diretor Presidente, Xiaodong Wang - Diretor Financeiro.

Balancos patrimoniais table with columns for Ativo Circulante, Não Circulante, Passivo Circulante, and Não Circulante. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Impostos a recuperar, Dividendos e mútuos a receber de partes relacionadas, Outros créditos, Depósitos judiciais, Contas a receber de clientes, Investimento, Direito de uso, Imobilizado, Intangível.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido table with columns for Capital social, Reserva de capital, and Saldos em 1º de janeiro de 2021, Saldos em 31 de dezembro de 2021, and Saldos em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações de resultados table with columns for Receita líquida de vendas, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas, Provisão para perda por redução do valor recuperável - contas a receber, Equivalência patrimonial, Outros (despesas) receitas operacionais, líquidas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto table with columns for Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, e Financiamento. Rows include Ajustes de equivalência patrimonial, Depreciação e amortizações, Valor residual do ativo imobilizado e intangível baseado, Provisão de juros sobre empréstimos, Provisão de juros sobre debêntures, Amortização do custo de captação debêntures, Provisão de juros sobre o valor recuperável - contas a receber, Provisão de juros sobre o valor recuperável - contas a receber, Provisão de juros sobre o valor recuperável - contas a receber, Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente, Provisão para custos civis e trabalhistas, Recuperação de créditos tributários, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 1. Contexto operacional: O TCP Participações S.A. (a "Companhia") foi criada no dia 2 de março de 2012, com o nome de AGLAIO Empreendimentos e Participações S.A. (TCP), o TCP Log S.A. foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIMAS Empreendimentos e Participações S.A., com o capital de R\$ 1, sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 houve a mudança de razão social para TCP Serviços Logísticos S.A. e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá - PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II, em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A. O TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A ("TCP") está localizada na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. O contrato de exploração do terminal do TCP Participações, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 o CPCC celebrou o 10º Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (APPA) somente mediante a quebra nas demonstrações anuais previstas no contrato. O TCP cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2022 e 2021. Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes previstas no contrato, dentre elas as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, aprovaram a aquisição de 90% da Companhia pela Kong Res Development Limited e passou nesta data a ser controladora da Companhia. A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (Inadimplência, temporada de renovações de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de prazos esperadas), pagamento de OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, provisões, repagamentos, comportamento dos índices, controle de covenant, etc.). A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a administração da Companhia e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas e novos financiamentos. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 14, 15 e 16. O Grupo reconheceu um lucro de R\$ 311.506 no exercício e em decorrência da característica do negócio apresentou Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 30.903 (R\$ 302.144 em 2021). No mesmo exercício o Grupo teve fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 746.846 (R\$ 526.780 em 2021) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 618.750 (R\$ 545.698 em 2021). Considerando este cenário e o papel estratégico do Grupo, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro próximo. 2. Políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras da Companhia, individual e consolidada, foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Intepreções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 16 de março de 2023. 2.2 Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP Participações S.A. e de suas controladas (TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. e TCP Log S.A.). As demonstrações das controladas são elaboradas com base nos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, portanto, não existe qualquer diferença em relação ao exercício de apresentação da controladora. Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Demonstrações de resultados abrangentes table with columns for Receita líquida de vendas, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas, Provisão para perda por redução do valor recuperável - contas a receber, Equivalência patrimonial, Outros (despesas) receitas operacionais, líquidas.

Demonstrações de resultados abrangentes table with columns for Receita líquida de vendas, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas, Provisão para perda por redução do valor recuperável - contas a receber, Equivalência patrimonial, Outros (despesas) receitas operacionais, líquidas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto table with columns for Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, e Financiamento. Rows include Ajustes de equivalência patrimonial, Depreciação e amortizações, Valor residual do ativo imobilizado e intangível baseado, Provisão de juros sobre empréstimos, Provisão de juros sobre debêntures, Amortização do custo de captação debêntures, Provisão de juros sobre o valor recuperável - contas a receber, Provisão de juros sobre o valor recuperável - contas a receber, Provisão de juros sobre o valor recuperável - contas a receber, Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente, Provisão para custos civis e trabalhistas, Recuperação de créditos tributários, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 2.3 Base para elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelas suas valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. 2.4 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. 2.5 Reconhecimento de receita de contrato: O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contrapartida que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 / IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seu cliente. a. Prestação de serviços: A controladora TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. está envolvida na exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a controladora utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente. Com base na avaliação da controladora, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a controladora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A controladora avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Prestação de serviços: A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenamento, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenamento refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser

recuperadas. b. Provisões de receitas: As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para os quais será gerado documento fiscal permanente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do lucro. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. 2.6 Impostos: Imposto de renda e contribuição social - Corrente: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado na data da avaliação de fins. As alíquotas de imposto de renda e contribuições sociais são calculadas com base nos dados disponíveis no balanço e no balanço de impostos e de impostos tributários usados para calcular o montante a ser pago ou recebido por substancialmente em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias impositivas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos e revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributável diferido venha a ser aplicado. No mesmo exercício ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contrato para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando: - Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e - Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas recuperável ou a pagar, e incluído como componente dos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: Controladora TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.: Programa de Integração Social - PIS: 1,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%; Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 5%; Controladora TCP Log S.A.: Programa de Integração Social - PIS: 0,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3%; Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: entre 3% e 5% sobre os Serviços. 2.7 Instrumentos financeiros: As controladas não possuem nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: As controladas determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das despesas contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não desvalorizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros são contabilizados indistintamente e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros: contas a receber. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo pelo resultado: Ativos financeiros a valor justo pelo resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo pelo resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo pelo resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluídos nesta categoria. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: As controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda" incidental) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução do valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com default. Desreconhecimento de ativos financeiros: O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando as controladas transferem o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo pelo resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo das transações diretamente relacionados. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outros: contas a pagar, contábil ganham (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira. Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo e calculado e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contábeis e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e a melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares e irrelevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. 2.9 Imobilizado: Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes individuais do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo e reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente de custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor líquido e a vida útil estimada dos bens são

revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro seja esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. 2.10 Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de um ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é avaliada como definida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desse ativo são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução do valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. 2.11 Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, e constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do ativo recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comatativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço de transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. 2.12 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.13 Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.14 Provisões - Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia e parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/nobrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das ações, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.15 Investimentos: Os investimentos em companhias controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão refletidos nas demonstrações individuais do TCP Participações S.A. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução do valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no preço de mercado de fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoriem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sentido à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de recebimento tributários futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não identificou nenhum assunto adicional que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisões para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Direito de exploração: Na mensuração do passivo de exploração a Companhia e suas controladas utilizam premissas para estimar a movimentação mínima futura de contêineres e a proporção de receita e movimentação de contêineres. As principais premissas utilizadas nas estimativas estão descritas abaixo: Movimentação mínima futura: É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas de demanda. Proposição de remoção e movimentação de contêineres: É estimada pela Companhia com base nos históricos destas operações. A. Novas navios e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas navios serão efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. B. Classificação de passivos como circulares ou não circulares: Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Divulgação de políticas contábeis (não aplicadas ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração pública 2) - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8) - IFRS 17 Contratos de Seguros e alterações a IFRS 17 Contratos de Seguros; e - Imposto diferido relacionado a Ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 23/IAS 12).

5. Caixa e equivalentes de caixa table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Caixa e bancos, Total aplicações financeiras, Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Panam, Banco Caixa Econômica Federal, Banco Itaú BBA, Banco CCB, Banco XP Investimentos, Banco Safra, Banco BTG, Banco ICB, Total caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 6. Contas a receber (contatadas) table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Clientes, Serviços prestados e não faturados, (-) Provisão para perda por redução do valor recuperável, Circulante, Não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 7. Impostos a recuperar table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Provisão IR s/ aplicações, INSS a recuperar, ISS a recuperar, IRRF a recuperar s/resposta aplicações financeiras, IRRF/CSLL a recuperar, Pis/(cofins a recuperar), Outros impostos a recuperar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 8. Outros créditos (consolidado) table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Adiantamentos a fornecedores, Adiantamento para fides relacionadas - China Merchants (Nota 12), Adiantamento de despesas - reembolso antigos acionistas (1), Seguros, Outros créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Reversão de provisão, Saldo no final do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 10. Saldo no início do exercício table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Reversão de provisão, Saldo no final do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 11. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 12. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 13. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 14. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 15. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 16. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 17. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 18. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 19. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 20. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 21. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 22. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 23. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 24. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras section 25. Clientes que estão no ativo não circulante table with columns for 31/12/2022,

Notas explicativas às demonstrações financeiras da TCP Participações S.A.

de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial consolidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021, showing tax assets and liabilities for various categories like Provision for risks, Amortization of intangible assets, etc.

b. Impostos de renda e contribuição social - Aliquota efetiva

Table showing effective tax rates for 31/12/2022 and 31/12/2021, broken down by type of tax (Income Tax, Social Contribution Tax).

10. Imobilizado (consolidado)

A movimentação do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como segue:

Table showing the movement of the fixed asset (imobilizado) during the periods ended 31/12/2022 and 31/12/2021, categorized by type of asset.

Table showing the movement of the fixed asset (imobilizado) during the periods ended 31/12/2022 and 31/12/2021, categorized by type of asset.

Edificações e instalações 2,34% Equipamentos 2,85%

As vistas dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No exercício apresentado, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

11. Intangível (consolidado)

Table showing intangible assets (consolidated) for 5 years, 5 to 10 years, 32 years, and 32 years, with columns for software, projects, and right of use.

quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a. A dívida possui como prazo de pagamento do principal o mês de abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de cobertura quando aplicável, desde empréstimos e financiamentos, de forma consolidada. Atualmente, as controladas não possuem bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

15. Debêntures (consolidado): Em 15 de julho de 2016 foi aprovada pela controlada TCP (conforme AGÉ a submissão do pedido de registro de companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquagésima, com garantia adicional fiduciária. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGÉ foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGÉ a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria R, do deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de exploração em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da controlada TCP. A emissão ocorreu em 1 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 mil (R\$ 3) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% a.a. para as emissões de primeira série, 3,9% a.a. para as emissões de segunda série e IPCA + 7,8164% a.a. para as emissões de terceira série.

Table showing tax rates for 31/12/2022 and 31/12/2021, including CDI + 3,40%, IPCA + 7,82%, and 14,66% a.a.

Table showing debentures (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021, including details on interest, principal, and maturity.

Em outubro de 2022 a Companhia efetuou o pagamento da última série de debêntures emitidas liquidando totalmente as debêntures no cumprimento das cláusulas contratuais. A movimentação das debêntures está apresentada abaixo:

Table showing debentures (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021, including details on interest, principal, and maturity.

Saldo no início do exercício 385.861 493.397 Provisão juros debêntures 42.410 87.783 Amortização debêntures (294.633) (128.414) Pagamento de juros debêntures\* (133.698) (74.018) Amortização custo de captação debêntures 5.260 6.313 Saldo ao final do exercício 385.661 385.661

(i) Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa. 16. Obrigações com o poder concedente (consolidado) - Registro da obrigação: Em outubro de 1998 o antigo TCP (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela TCP Terminal S.A.) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048). Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IPCA. A parte variável é calculada em base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEIS). Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multa que ultrapassará os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas. Em 13 de abril de 2016 a controlada celebrou o 10º Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondiu a adição de R\$ 1.454,638 (com contrapartida no ativo intangível). O valor registrado no passivo como "parcelas variáveis" refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. A controlada está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato. Em decorrência da prorrogação antecipada, a controlada fica obrigada a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade. Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que foram adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal. A controlada fica obrigada a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.039 metros no total, (ii) 157,5 mil m² de retentores, totalizando 487 mil m² e (iii) construção de dolphins perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014. Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato que prorroga o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 12 meses para 24 meses da data da U (Licença de instalação) ocorrida em 24 de novembro de 2017. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra. Adicionalmente ao montante previsto acima, a controlada deveu a investidor, de 2024 até o final da vigência contratual, no valor mínimo de R\$ 77.740, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e re-valorizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos. Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionária da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá ("Remuneração"). Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passiva a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição da IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento oneroso disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº 3.20, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade. Com base no IFRS 9 (CPC 48), a Companhia determinou que a mudança do índice inflacionário representou mudança significativa nos termos do contrato original. Consequentemente a Companhia desrespeitou o passivo original e reconheceu o novo passivo ao seu valor justo. Na mensuração do valor justo da nova dívida, a Companhia considerou os termos específicos deste contrato de forma que não foram identificadas diferenças entre o valor justo e o valor nominal da nova dívida. Os termos e condições foram (a) a dívida não detém um mercado ativo, (b) não pode ser negociada com terceiros e (c) as taxas e condições são substancialmente menores que as de mercado. Sendo assim, o valor nominal e o valor justo da dívida não são idênticos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos desta obrigação podem ser assim resumidos:

Table showing the movement of the obligation to the grantor (consolidated) during the periods ended 31/12/2022 and 31/12/2021, categorized by type of obligation.

Parcelas fixas 441.371 262.313 Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória) 1.648.245 1.880.018 Total 2.089.556 2.042.331 Parcela no circulante 60.177 59.051 Parcela não circulante 2.029.379 1.983.280

A movimentação da obrigação com o poder concedente está apresentada abaixo:

Table showing the movement of the obligation to the grantor (consolidated) during the periods ended 31/12/2022 and 31/12/2021, categorized by type of obligation.

Table showing the movement of the obligation to the grantor (consolidated) during the periods ended 31/12/2022 and 31/12/2021, categorized by type of obligation.

Saldo no início do exercício 2.042.331 2.300.785 Pagamentos contratuais (71.944) (70.290) Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 25) (655.333) (655.333) Provisão juros 119.169 467.169 Saldo ao final do exercício 2.089.556 2.042.331

As parcelas de longo prazo, referentes a obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Table showing the composition of long-term obligations by maturity date for 31/12/2022 and 31/12/2021.

17. Impostos e contribuições a recolher (consolidado)

Table showing taxes and contributions to be collected (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

18. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas (consolidado)

A controlada TCP Terminal S.A. está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como abaixo indicado:

Table showing provisions for tax, civil, and labor risks (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor líquido suficiente pela Administração, segundo o azeiteamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 209.299 (R\$ 182.122 em 31 de dezembro de 2021), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza:

Table showing provisions for tax, civil, and labor risks (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

No primeiro semestre de 2018 a controlada TCP Terminal foi citada do processo de execução fiscal que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício social de 2009 a 2012 e Discussão Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011). A execução fiscal encontra-se no juízo garantido (seguro quantal), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369. Em alguns casos em que a controlada TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. está discutindo judicialmente seus efetivos depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos. Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

Table showing judicial deposits for 31/12/2022 and 31/12/2021.

19. Salários e obrigações sociais (consolidado)

Table showing salaries and social obligations (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

20. Programa de recuperação fiscal - REFS IV (consolidado)

Amparada na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração da controlada TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. protocolou em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devida a pagamentos com créditos utilizados pelo Fisco. Na esfera judicial, a controlada pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o crédito não é pleto e mais que provável. A controlada encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFS. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as dívidas relativas ao REFS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem o seguinte montante:

Table showing the REFS IV program for 31/12/2022 and 31/12/2021.

21. Patrimônio líquido - a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social autorizado é de R\$ 68.851, representado por 8.457.036 B. Dividendos / destinação do lucro: Os acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 31.150 (R\$ 422.192 em 2021), o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 77.877. Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021 foram integralmente pagos durante o exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da reserva de lucros retidos após a reserva legal, dividendos e abono de prejuízos é de R\$ 516.136, este montante será deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia através de AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira sem prejuízo por retenção indevida de reserva de lucro a acionistas minoritários pois a Companhia possui apenas um acionista majoritário que detém 100% das ações. 22. Instrumentos financeiros e riscos de mercado (consolidado)

Table showing capital social and dividends for 31/12/2022 and 31/12/2021.

a. Classificação contábil e valores justos

Table showing classification and fair values for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Ativos financeiros Classificados ao custo amortizado

Table showing financial assets classified at amortized cost for 31/12/2022 and 31/12/2021.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e as controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como não contratam instrumentos de swap naturalmente ao longo dos exercícios mencionados. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de mercado (veja (c)); Risco de crédito (veja (d)); Risco regulatório (veja (e)); e Risco de liquidez (veja (f)). c. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indicadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022 foi extraída a projeção do indicador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo a partir desse cenário calculadas variações de crescentes e decrescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Edificações e instalações 2,34% Equipamentos 2,85%

11. Intangível (consolidado)

Table showing intangible assets (consolidated) for 5 years, 5 to 10 years, 32 years, and 32 years, with columns for software, projects, and right of use.

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o direito) são amortizados com base no prazo de exploração. O valor do ativo representa o valor da mais valia oriunda de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

12. Partes relacionadas (controladora)

Table showing related parties (controller) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

China Merchants International Technology 6.746 6.746

Kong line Development Limited 77.877 94.169

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou pagamento adiantado no total de R\$ 6.746 pelo contrato de implementação do novo sistema operacional incluindo o módulo de faturamento para a China Merchants Technology Company Limited. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o exercício corrente, no valor global e anual de até R\$ 8.813, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registrados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, despesas com remuneração dos membros da Administração no valor de R\$ 6.020 (R\$ 5.072 em 2021). Não existem planos de benefícios, pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

13. Investimentos (controladora) - Informações sobre os investimentos - 31/12/2022

Table showing investments (controller) - information about investments - 31/12/2022.

Informações sobre os investimentos - 31/12/2021

Table showing investments (controller) - information about investments - 31/12/2021.

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

Table showing investment movement for 31/12/2022 and 31/12/2021.

14. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Table showing loans and financings (consolidated) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$). O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

Table showing loan and financing terms for 2024 and Total.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

Table showing loan and financing movement for 31/12/2022 and 31/12/2021.

(i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa. Os convênios vinculados aos empréstimos e financiamentos são mensurados anualmente e estão demonstrados a seguir, sendo mensurados com base nas demonstrações financeiras da controlada TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.: Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado (igual ou inferior a): EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada (igual ou superior a): Patrimônio líquido não inferior a R\$ 100.000 - Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório, em caso de superar, a Dívida Líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes, estando sujeito ao aumento da taxa de 0,50% ao ano. Em 16 de fevereiro de 2015 a Companhia capta junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a. A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024. Em 22 de abril de 2021 a Companhia capta junto ao Banco BOCOM BEM S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 100.000 (em milhões de reais) os

(1) Créditos de PIS e COFINS tomados no exercício corrente e anterior referentes a gastos relacionados a insumos na prestação de serviço (energia elétrica, depreciação, manutenção, combustíveis, etc) ou insumos por imposição legal (INFRAMAR, obrigação com poder concedente, seguro de operador portuario). 27. Seguros: Em conformidade com o Contrato de Exploração do Terminal Portuário, o TCP controlado segue de Operador Portuario para garantir danos, indenizações e custos processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes a concessão. O seguro possui valor de até US\$ 25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado. Objeto da apólice: Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do não cumprimento do Fornecedor referente às obrigações assumidas no Contrato de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato. Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$ 29.500. As obrigações sob responsabilidade da controlada TCP Log S.A. têm cobertura securitária na forma de operador portuario sob responsabilidade TCP Terminal, com o valor máximo de USD 2 milhões. As importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. 28. Transações que não envolvem caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 01 (R2) item 48 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7). As transações que não envolvem caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa consolidado são as seguintes: - Aquisição de ativos intangíveis a prazo no montante de R\$ 1.984 (R\$ 2.185 em 31 de dezembro de 2021); e - Aquisição de ativos imobilizados a prazo no montante de R\$ 5.291 (R\$ 2.284 em 31 de dezembro de 2021).

Demonstrações financeiras da TCP Participações S.A.		
Diretoria		
Xiaojun Cao - Diretor Presidente	Xiaodong Wang - Diretor Financeiro	Joanir dos Santos Passos - Contador CRC-PR 048060/07
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>		
<p>Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da TCP Participações S.A. - Paranaguá - Paraná</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCP Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as práticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos, sob o ponto de vista de segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Curitiba, 16 de março de 2023</p> <p style="text-align: center;"><b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b> CRC SP-014428/O-6-F-PR</p> <p style="text-align: right;"><b>João Alberto Dias Panceri</b> Contador CRC-PR 048555/O-2</p>		

**Colombo**  
Prefeitura Municipal

**Aviso de Licitação**  
Edital – Pregão Eletrônico Nº 036/2023

**Objeto:** Contratação de empresa especializada, por meio do Sistema de Registro de Preços, para Aquisição de CAP 50/70 e EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C, necessários ao uso da usina de asfalto do Município de Colombo.

**Recebimento das Propostas:** das 09:00 HORAS do dia 28 de MARÇO de 2023 até às 08:00 HORAS do dia 12 de ABRIL de 2023.

**Início da sessão de Disputa de Preços:** Às 09:00 HORAS do dia 12 de ABRIL de 2023. (Horário de Brasília).

**Local de Abertura:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (blcompras.org.br).

**Preço Máximo:** Constante no edital.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Lote.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 24 de março de 2023.

**Helder Luiz Lazarotto**  
Prefeito Municipal

**Colombo**  
Prefeitura Municipal

**Aviso de Licitação**  
Edital – Pregão Eletrônico Nº 037/2023

**Objeto:** Contratação de empresa especializada, através do sistema de registro de preços, para prestação de serviços de análises microbiológicas e físico-químicas em amostras de água para consumo humano, coleta e análise de água para estabelecimentos que prestam serviços de Hemodiálise e coleta e análise de efluentes finais do Hospital e Maternidade Maracanã e do Pronto Atendimento Maracanã.

**Recebimento das Propostas:** das 09:00 HORAS do dia 28 de MARÇO de 2023 até às 08:00 HORAS do dia 12 de ABRIL de 2023.

**Início da sessão de Disputa de Preços:** Às 09:00 HORAS do dia 12 de ABRIL de 2023. (Horário de Brasília).

**Local de Abertura:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (blcompras.org.br).

**Preço Máximo:** Constante no edital.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Lote.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 24 de março de 2023.

**Helder Luiz Lazarotto-Prefeito Municipal**

**EDITAL DE LEILÃO EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 9.514/97**  
**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL**  
**1ª PRAÇA: 17/04/2023 – 14h00min**  
**2ª E ÚLTIMA PRAÇA: 18/04/2023 – 14h00min**  
**LOCAL: EXCLUSIVAMENTE ONLINE ATRAVÉS DO ENDEREÇO**  
<http://www.vmlleiloes.com.br>

O Leiloeiro Público Oficial, JAIR VICENTE MARTINS, registro JucaPar 609, torna público que venderá em leilão realizado na forma da lei 9.514/97, mediante autorização de Ademicon Administradora de Consórcios S/A, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Sete de Setembro, 5870, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.911.098/0001-29, sucessora de Ademilair Administradora de Consórcios S/A, no dia, local e hora acima referidos, o imóvel adiante descrito, para pagamento de dívida decorrente de Instrumento particular de confissão de dívida com pacto adjecto de constituição de alienação da propriedade fiduciária em garantia em caráter escritura pública nº 170714-01 de 17/07/2014, em que figurou como CREDORA FIDUCIÁRIA: ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A DEVEDORES FIDUCIÁRIOS: JOÃO HENRIQUE DOS SANTOS e sua mulher, DULCINEIA APARECIDA FALINSKI DOS SANTOS; **Qualificação:** brasileiros, casados entre si, ele químico, portador da C.I. nº 587.159-1/Ministério da Marinha e inscrito no CPF/MF sob nº 034.430.579-18, ela do lar, portadora da CIRG nº 8.242.451-2/SESP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 043.268.039-08, residentes e domiciliados na Rua Hilton de Mattos Leao, nº 41, Cajuru, Curitiba-PR; IMÓVEL: Fração ideal de solo de 0,023667, que corresponderá à **RESIDÊNCIA 23** a qual terá a área total construída de utilização exclusiva de 184,3700m², perfazendo a área correspondente ou global construída de 184,3700m², sendo: no pavimento térreo, 64,9500m² de área computável; no pavimento superior, 67,2800m² de área computável e 4,2000m² de área não computável, destinada a sacada; no sótão terá 47,7200m² de área não computável; terá a área de terreno de utilização exclusiva de 134,0000m², sendo 64,9500m² de área que a residência ocupa no solo e 69,0500m² de área de quintal e jardim; área de uso comum de 83,1719m², perfazendo a quota de terreno de 217,1719m² integrante do RESIDENCIAL ZANDONÁ, situado na Rua Júlio Maito Sobrinho nº.301 o qual foi edificado sobre o Lote de terreno 8-A-1, da Quadra 234, no Bairro Uberaba, nesta cidade de Curitiba -PR, Indicação Fiscal nº 88.234.123.022-9 **Matrícula nº 78.341 – 4º** Registro de Imóveis de Curitiba-PR – Consolidação da Propriedade AV. 08, 1ª PRAÇA: 17/04/2023 – 14h00min - Valor de avaliação atualizado para R\$ 410.500,00 (quatrocentos e dez mil e quinhentos reais), conforme ITBI emitido em 09/12/2022. De acordo com o que determina o parágrafo 1º do artigo 27 da Lei 9.514/97: Se, no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor atribuído ao imóvel, será realizado o segundo leilão na data mencionada, no mesmo local e horário descrito. Ainda conforme determina o parágrafo 2º do artigo 27 da Lei 9.514/97: No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais. 2ª E ÚLTIMA PRAÇA: 18/04/2023 – 14h00min - Valor da dívida em data de 23/03/2023 a ser atualizado até a data do leilão nos termos do contrato R\$ 297.714,81 (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos); **CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:** À VISTA, devendo ser efetivado em até 24 horas após arrematação. **LOCAL DO LEILÃO:** Exclusivamente por meio eletrônico, mediante acesso ao site da internet: <http://www.vmlleiloes.com.br>, podendo ser oferecido lance em tempo real mediante a realização de um pré cadastro no referido site. Os licitantes que desejarem participar da hasta com a utilização do sistema Leilão "online", deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores ([www.vmlleiloes.com.br](http://www.vmlleiloes.com.br)), cujas regras integram este Edital de Leilão. Diante do leilão na modalidade eletrônica online exclusiva não será permitida qualquer outra forma de apresentação de lances ou propostas, que não por meio digital nas condições acima descritas. **Observação:** 1) O imóvel será vendido em caráter ad corpus, nos termos do artigo 500, §3º do Código Civil, sendo apenas enunciativas as referências neste edital, e será vendido no estado de ocupação e conservação em que se encontra, ficando a cargo do adquirente a sua desocupação, reformas, averbação de áreas e/ou regularização, quando for o caso, arcando o adquirente com as despesas decorrentes. Não será possível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área por eventual divergência entre a descrição do imóvel e o apurado in loco; 2) O imóvel encontra-se ocupado e constitui ônus do arrematante a imissão na posse do imóvel, incluindo despesas, recursos judiciais necessários, custas processuais e honorários decorrentes; 3) Responde o arrematante pelo pagamento da comissão do leiloeiro, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda do bem arrematado, nos termos da lei respectiva; despesas e emolumentos referentes a transferência do bem e registro da arrematação, tais como escritura, Registro de Imóveis, Funrejus, ITBI e demais impostos e taxas aplicáveis; 4) Havendo ação judicial em relação ao bem ou a presente execução e sobrevindo decisão transitada em julgado decretando a anulação do título aquisitivo da credora, ou seja, Consolidação da Propriedade, a arrematação e ou escritura/ contrato que for assinado com o licitante se resolverá de pleno direito. Nesse caso, serão devolvidos os valores pagos na arrematação, escritura e demais taxas da transferência, não gerando ao licitante o direito a pleitear indenização por perdas e danos; 5) Os lances ofertados possuem natureza irrevogável e irretirável, mesmo em se tratando de leilão eletrônico, ficando o usuário cadastrado responsável por todos os que forem ofertados em seu nome; 6) Em caso de desistência ou não pagamento do valor de arrematação no prazo assinalado, será convocado o segundo colocado, correspondente ao segundo maior lance válido. Os desistentes estarão sujeitos às penalidades legais aplicáveis; 7) Ao devedor fiduciante é assegurado o direito de preferência, até a data de realização do 2º leilão, para aquisição do imóvel por preço correspondente ao valor da dívida devidamente atualizado e acrescido dos encargos e despesas pagos em razão da consolidação da propriedade fiduciária pela credora, e às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo também, ao devedor fiduciante o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive custas e emolumentos concomitante estabelece a lei 9.514/97. A ausência de manifestação do devedor fiduciante até a arrematação do imóvel em leilão, será considerado como não exercício do direito de preferência à compra; Fica desde já notificado do presente leilão o executado se não for localizado para notificação pessoal. O Leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações no seguinte local: Rua Joinville, 3870, sala 02, São José dos Pinhais, (41) 3385-4656 – 9969-9934 e a credora, na sede situada na Avenida Sete de Setembro, 5870 – (41) 3023-2000

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COPADUBO ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S/A**  
CNPJ nº 01.137.349/0001-32

Ficam convocados os senhores acionistas da Copadubo Administração de Imóveis S/A, CNPJ/MF sob nº 01.137.349/0001-32 para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023.

A Assembleia será realizada de forma **PRESENCIAL**, na sede do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Paranaguá, situada na Avenida Gabriel de Lara, 2247, Rocio, Paranaguá/PR.

A Assembleia acontecerá às 17 horas, em primeira convocação, com a presença da totalidade do capital social votante, em segunda convocação, às 18 horas, com qualquer número do capital social.

**A Assembleia deliberará sobre a seguinte ordem do dia:**

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2022 e a eventual distribuição de dividendos;
- Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; e
- Examinar, discutir e votar sobre a previsão orçamentária da Companhia para o Exercício de 2023.

Conforme disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, os diretores da Companhia comunicam que estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia no departamento financeiro/administrativo, os seguintes documentos:

- o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31/12/2022;
- a cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022;
- o parecer dos auditores independentes;
- o parecer do conselho de administração e voto dissidente;
- o parecer do Sr. Diretor Administrativo.

Informações Gerais: o acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando o documento hábil para sua identificação.

Paranaguá, 21 de março de 2023.

**Diretor Administrativo**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COPADUBO S/A**  
CNPJ nº 27.918.834/0001-37

Ficam convocados os senhores acionistas da Copadubo S/A, CNPJ/MF sob nº 27.918.834/0001-37 para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023.

A Assembleia será realizada de forma **PRESENCIAL**, na sede do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Paranaguá, situada na Avenida Gabriel de Lara, 2247, Rocio, Paranaguá/PR.

A Assembleia acontecerá às 17 horas, em primeira convocação, com a presença da totalidade do capital social votante, em segunda convocação às 18 horas, com qualquer número do capital social.

**A Assembleia deliberará sobre a seguinte ordem do dia:**

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2022 e a eventual distribuição de dividendos;
- Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia e dos integrantes do Conselho de Administração; e
- Examinar, discutir e votar sobre a previsão orçamentária da Companhia para o Exercício de 2023.

Conforme disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, os diretores da Companhia comunicam que estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia no departamento financeiro/administrativo, os seguintes documentos:

- o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31/12/2022;
- a cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022;
- o parecer dos auditores independentes;
- o parecer do conselho de administração e voto dissidente;
- o parecer do Sr. Diretor Administrativo.

Informações Gerais: o acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando o documento hábil para sua identificação.

Paranaguá, 21 de março de 2023.

**Presidente do Conselho de Administração.**





TCP - Terminal de Contêineres de Paranaquá S.A.

CNPJ nº 12.919.786/0001-24

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em Reais)

Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas, A administração da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaquá S/A ("Companhia") em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022...

número de tomadas para contêineres refrigerados entre os terminais brasileiros. Foram 208.479 TEUs, 8% maior do que em 2021. O aumento se deve também ao modal ferroviário. Um em cada cinco contêineres de exportação chegam ao terminal pela ferrovia...

Conciliação do EBITDA X EBITDA AJUSTADO (R\$ milhões) 2022 2021 Delta (%) Lucro líquido 298.052 416.424 28,4%

no exercício de 2021. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos (combustível). O resultado líquido positivo em 2022 foi de R\$ 298,1 milhões contra R\$ 416,4 milhões no ano de 2021...

Balancos patrimoniais Notas 31/12/2022 31/12/2021 Ativo/Circulante Caixa e equivalentes de caixa 5 239.213 216.693

Demonstrações de resultados Notas 31/12/2022 31/12/2021 Receita líquida de vendas 23 1.129.480 961.552 Custo dos serviços prestados 24 (455.256) (393.534)

Demonstrações do valor adicionado 31/12/2022 31/12/2021 Receitas (1) 1.253.369 1.041.386 Venda de mercadorias, produtos e serviços 1.191.179 980.629

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto 31/12/2022 31/12/2021 Fluxo de caixa das atividades operacionais 298.052 416.424 Ajustes de: Depreciações 66.906 64.521

Passivo Circulante Fornecedores 13 33.104 20.001 Empréstimos e financiamentos 13 176.820 65.723

Demonstrações de resultados abrangentes 31/12/2022 31/12/2021 Lucro líquido do exercício 298.052 416.424 Outros resultados abrangentes 18 13.176 6.318

Impostos, taxas e contribuições 270.705 294.556 Federais 165.635 227.212 Impostos diferidos 49.187 34.101

Variações nos ativos e passivos Contas a receber de clientes 3.870 (21.206) Estoques (1.222) (314)

Não circulante Fornecedores 13 33.104 20.001 Empréstimos e financiamentos 13 176.820 65.723

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Reservas de lucros Lucros acumulados 416.424 416.424

Remuneração de capitais de terceiros 221.926 571.988 Juros e custos das debêntures 557 232

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 733.462 520.953 Fluxo de caixa das atividades de investimento (23.082) (13.724)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais) 1. Contexto operacional: O Terminal de Contêineres de Paranaquá ("Companhia") ("TCP") está localizada na Av. Portuária, S/N, Paranaquá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres...

balança. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas...

menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo...

missas para estimar a movimentação mínima futura de contêineres e a proporção de renovação e movimentação de contêineres. As principais premissas utilizadas nestas estimativas estão descritas abaixo: Movimentação mínima futura: É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas...

2. Políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil...

resultados: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado...

2.10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos...

6. Contas a receber: 31/12/2022 31/12/2021 Clientes 55.260 44.406 Serviços prestados e não faturados 24.381 39.105

2.2. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado...

2.3. Reconhecimento de receita de contratos: O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contratos com o cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 / IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes...

2.11. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação...

7. Impostos a recuperar: 31/12/2022 31/12/2021 Provisão IR S/ aplicações 2.688 1.989 INSS a recuperar 4.904 904

2.4. Impostos: Imposto de renda e contribuição social - corrente: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do

exercício. Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente relevante, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração o fluxo de caixa contratual e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste...

2.12. Provisões: Geral ou não formalizadas em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquido de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia é parte de contenciosos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita...

8. Imposto de renda e contribuição social: A. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas e provisão para perda esperada). Adicionalmente, a Companhia constitui provisão de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do início e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

2.5. Imobilizado: Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício. Um item de imobilização é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado...

2.6. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva...

2.7. Imobilizado: Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício. Um item de imobilização é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado...

9. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para vender o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Dado o amplo espectro da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Obrigações com o poder concedente: Na mensuração da obrigação com o poder concedente a Companhia utiliza pre-

2.8. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva...

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos não financeiros. 2.10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos...

10. Saldo no início do exercício 2.611 (1.516) Constituição de provisão (13.531) (1.375) Reversão de provisão 7.691 280 Saldo no final do exercício (8.271) (2.611) Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial. Foram ajustadas garantias em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

11. Saldo no início do exercício 2.611 (1.516) Constituição de provisão (13.531) (1.375) Reversão de provisão 7.691 280 Saldo no final do exercício (8.271) (2.611) Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial. Foram ajustadas garantias em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

12. Saldo no início do exercício 2.611 (1.516) Constituição de provisão (13.531) (1.375) Reversão de provisão 7.691 280 Saldo no final do exercício (8.271) (2.611) Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial. Foram ajustadas garantias em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

13. Saldo no início do exercício 2.611 (1.516) Constituição de provisão (13.531) (1.375) Reversão de provisão 7.691 280 Saldo no final do exercício (8.271) (2.611) Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial. Foram ajustadas garantias em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

14. Saldo no início do exercício 2.611 (1.516) Constituição de provisão (13.531) (1.375) Reversão de provisão 7.691 280 Saldo no final do exercício (8.271) (2.611) Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial. Foram ajustadas garantias em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

15. Saldo no início do exercício 2.611 (1.516) Constituição de provisão (13.531) (1.375) Reversão de provisão 7.691 280 Saldo no final do exercício (8.271) (2.611) Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial. Foram ajustadas garantias em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaíba S.A.

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2020. Rows include Provisão para riscos tributários, Provisão para perda por redução do valor recuperável, Provisão bônus, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, and 31/12/2019. Rows include Resultado antes dos impostos, Alíquotas, Tributos, etc.

Table with 3 columns: Ano, Saldo, and Efeito na receita e despesa financeira (12 meses). Rows include 2024, 2025, 2026, etc.

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Table with 4 columns: 31/12/2021, Adições, Baixas, Transferência, 31/12/2022. Rows include Tributarías, Trabalhistas, Cíveis, etc.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Tributarías, Trabalhistas, Cíveis, etc.

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada no processo de execução fiscal que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício social de 2009 a 2012) e Discussão Agio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011).

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Tributarías, Trabalhistas, Cíveis, etc.

17. Obrigações trabalhistas e sociais: Provisão de bônus, Salários a pagar, Provisão de férias, Outras obrigações trabalhistas (encargos sociais e provisão reajuste salarial).

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Contribuição social, Imposto de renda, ISS, etc.

19. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV: Amparado na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include REFIS, Passivo circulante, Passivo não circulante.

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado é de R\$ 109.379 (R\$ 109.379 em 31 de dezembro de 2021), representado por 8.116.936 ações ordinárias, ordinárias nominativas.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros, Obrigações com o poder concedente.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros: As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido.

23. Receita líquida de vendas: Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 2022 e 2021:

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Operações de caixa, Armazenagem, Receitas de porto, etc.

24. Despesas operacionais por natureza: Custos dos serviços prestados, Despesas com vendas, Provisão para perda por redução do valor recuperável, Despesas administrativas, Total das despesas.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Despesas por natureza, Custos operacionais (INFRRAM, OGM), Transporte e Agenciamento de carga, etc.

Table with 4 columns: 30 a 45 anos, 5 a 15 anos, 10 anos, 5 anos. Rows include Custo, Saldo em 31/12/2020, Aquisições, etc.

Edificações e instalações: Taxa média anual - % 2,34% Equipamentos: 2,85%

10. Intangível: Vida útil: 5 anos, 5 anos, 25 anos, 22 anos. Rows include Custos, Saldo em 31/12/2020, Aquisições, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Custos, Saldo em 31/12/2020, Aquisições, etc.

11. Partes relacionadas: China Merchants International Technology (Nota 12), TCP Participações.

12. Outros créditos: Adiantamentos fornecedores, Adiantamento partes relacionadas - China Merchants (Nota 11), Adiantamento despesas - reembolso antigos acionistas (I), Seguros, Outros créditos.

13. Empréstimos e financiamentos: Nota de Crédito à Exportação, Arrendamento, Parcela no circulante, Parcela não circulante.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Saldo inicial, Captação empréstimos, Pagamentos de empréstimos (principal), etc.

14. Debêntures: Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia, conforme AGF, a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissão na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinqüênária, com garantia adicional fiduciária.

15. Debêntures: Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia, conforme AGF, a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissão na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinqüênária, com garantia adicional fiduciária.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Saldo no início do exercício, Pagamentos contratuais, Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 25), Atualização monetária, Saldo no final do exercício.

16. Provisão para perda por redução do valor recuperável: A maior prazo de amortização. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Saldo no início do exercício, Pagamentos contratuais, Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 25), Atualização monetária, Saldo no final do exercício.

17. Obrigações trabalhistas e sociais: Provisão de bônus, Salários a pagar, Provisão de férias, Outras obrigações trabalhistas (encargos sociais e provisão reajuste salarial).

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Contribuição social, Imposto de renda, ISS, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.		
<p><b>27. Seguros:</b> Em conformidade com o Contrato de Direito de Exploração do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custos processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao contrato. O seguro possui valor de até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado. <b>Objeto da apólice:</b> Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Direito de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula</p>		
<p>Primeira - Objeto do referido Contrato. Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia relacionado às obrigações referentes às parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$ 29.500. A suficiência da cobertura de seguros e de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. <b>28. Transações que não envolvam caixa:</b> As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) Item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7). As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixa são as seguintes: - Aquisição de ativos intangíveis a prazo no montante de R\$ 1.904 (R\$ 2.186 em 31 de dezembro de 2021); e - Aquisição de ativos imobilizados a prazo no montante de R\$ 5.291 (R\$ 2.284 em 31 de dezembro de 2021).</p>		
<p><b>Diretoria</b></p> <p><b>XiaoJun Cao - Diretor Presidente</b>      <b>Xiaodong Wang - Diretor Financeiro</b>      <b>Joanir dos Santos Passos - Contador CRC-PR 048980/07</b></p>		
<p><b>Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras</b></p> <p>Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas pela Administração da Companhia. Curitiba, 16 de março de 2023. XiaoJun Cao - Diretor Presidente; Xiaodong Wang - Diretor Financeiro.</p>		
<p><b>Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes</b></p> <p>Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Curitiba, 16 de março de 2023. XiaoJun Cao - Diretor Presidente; Xiaodong Wang - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.</p>		
<p><b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b></p> <p>Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. - Paranaguá - Paraná. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p><b>Avaliação da mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente</b> Veja as Notas Explicativas nº 1 e 15 das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria</b> A mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente é composta por pagamentos fixos e variáveis. A parcela fixa é calculada com base na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A parcela variável é determinada por recurso a dados, tais como (i) atualização contratual (IPCA); (ii) EVTEA (taxa de conversão de TEUs para boxes) e (iii) premissas que suportam a mensuração dos pagamentos mínimos futuros, tais como proporção de remoção e movimentação de contêineres, e movimentação mínima futura de contêineres. Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, eventuais variações nas premissas utilizadas podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p> <p><b>Como auditoria endereçou esse assunto</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação, através de revisão de informações históricas e projeções, dos principais dados e premissas utilizados pela Companhia para estimar as movimentações mínimas futuras e a proporção entre movimentações internas e externas; e (ii) avaliamos se as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no recálculo do passivo que afetaria a mensuração da obrigação com o poder concedente, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p> <p><b>Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:</b> A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão todas as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Curitiba, 16 de março de 2023.</p>		
<p><b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b> CRC-PR-007945/F-7</p> <p><b>João Alberto Dias Panceri</b> Contador CRC-PR-0485510-2</p>		

**CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ**  
CNPJ N.º 76.630.573/0001-60

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Curitiba, 27 de março de 2023.

**Diretoria**

**SITA - TRANSPORTE DE CARGAS S/A**  
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Curitiba, 27 de março de 2023.

**Diretoria**

**SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**  
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28

**AVISO AOS SÓCIOS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Sócios, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 1078, §1º, da Lei n.º 10.406/2002, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Curitiba, 27 de março de 2023.

**Administradores**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2023**  
**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP - MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO"**

**DATA LIMITE PARA ABERTURA DA PROPOSTA:** 14/04/2023 às 08h30min. **DATA PARA ABERTURA DA SALA DE DISPUTA:** 14/04/2023 às 09h00min. **Objeto:** "SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS UTILIZADOS NO CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MANICURE E UNHAS DECORADAS". **Valor Máximo:** R\$65.390,44 (sessenta e cinco mil trezentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos). **Local de Abertura:** Por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) no site do Banco do Brasil, licitação nº 993219. **Informações Complementares:** O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01033-13/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01033-13/con_licitacoes.faces). Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8640.

Almirante Tamandaré, 24 de março de 2023.

**SANDRA MARIA CUMIN - Pregoeira Oficial**

**MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023**

**Objeto:** Registro de preços de fórmulas e suplementos alimentares para futura e eventual aquisição pela Secretaria Municipal de Saúde. Data de abertura e julgamento das propostas: 11/04/2023, às 14h. O edital está disponível na página [bilcompras.com](http://bilcompras.com) e no site [www.campodotenente.pr.gov.br](http://www.campodotenente.pr.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail [licitacaocpr@gmail.com](mailto:licitacaocpr@gmail.com).

Campo do Tenente, 24 de Março de 2023.

**Weverton Willian Vizentin- Prefeito**

**MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares para os alunos da rede pública municipal em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Data de abertura e julgamento das propostas: 10/04/2023, às 09h. O edital está disponível na página [bilcompras.com](http://bilcompras.com) e no site [www.campodotenente.pr.gov.br](http://www.campodotenente.pr.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail [licitacaocpr@gmail.com](mailto:licitacaocpr@gmail.com).

Campo do Tenente, 24 de Março de 2023.

**Weverton Willian Vizentin**

**Prefeito**

**TOMADA DE PREÇOS**  
**EDITAL Nº 03/2023**

**Com lote exclusivo me e epp.**

A Prefeitura Municipal de Campo Largo, PR, comunica aos interessados que receberá até às 09:00 horas do dia 12 de abril de 2023, em sua sede, na Avenida Padre Natal Pigato, nº 925 - Bloco 07, propostas para a contratação de empresa especializada para execução de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REFORMA DA PONTE DOS TRÊS RIOS E NA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REFORMA DO CENTRO MEDICO HOSPITALAR DE CAMPO LARGO. TIPO DE LICITAÇÃO: De Menor Preço por obra específica VALOR MÁXIMO FIXADO: R\$342.400,00 (Trezentos e quarenta e dois mil com quatrocentos reais) Os interessados poderão fazer o download do edital no site [www.campolargo.pr.gov.br](http://www.campolargo.pr.gov.br) - Empresas - Licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, aos 24 dias do mês de março de 2023.

**LUCIANO ERICO DA SILVA**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA**  
Estado do Paraná  
CNPJ: 76.978.881/0001-81

**Prefeitura do Município de Terra Rica**

**Aviso de Chamada Pública Nº 08/2023**

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Em Senhor Prefeito Municipal, Julio Cesar da Silva Leite, e por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, torna público o **Credenciamento de prestadores de serviços complementares de saúde na especialidade de psiquiatria, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme instrumento convocatório.

Data: A partir da data de publicação até 12 de abril de 2023. O edital completo está disponível no site: [www.terrarica.pr.gov.br](http://www.terrarica.pr.gov.br) em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 - 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 24/03/2023

**Julio Cesar da Silva Leite**  
**Prefeito Municipal**



**SETTA - PAR**  
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais e Empregados terrestres de Empresas Aquaviárias, Agenciadoras Marítimas e Atividades Afins no Estado do Paraná.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELEITORAL**  
O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluvial Empregado terrestre de Empresas Aquaviárias, Agenciadoras Marítimas e Atividades Afins no Estado do Paraná - SETTA-PAR, estabelecida na Rua Manoel Bonifácio, nº 622 Costeira, Paranaguá - PR, com sede e foro em Paranaguá - Estado do Paraná, e base territorial em todo o Estado do Paraná, através de seu Presidente, na forma do Estatuto (Capítulo IV - artigos 39º a 41º) **CONVOCA** as eleições para a Diretoria Efetiva, Conselho Fiscal, e respectivos suplentes, a ser realizada no dia 03 de maio de 2023, no período das 08:00 às 17:00 horas, através de votação secreta, cujos votos serão coletados em urna única fixa, na sede do sindicato, localizado na Rua Manoel Bonifácio, 622 - Costeira - Paranaguá/Pr. Devendo o eleitor apresentar documento com foto, conforme determina o art. 59 do Estatuto. Fica aberto o prazo de 10 (dez) dias para registro de chapas, a contar da publicação do presente, sendo que o requerimento de inscrição, cujo modelo se encontra à disposição na sede do Sindicato (em cumprimento do disposto nos artigos 43º e 46º), deverá ser endereçado à Comissão Eleitoral e entregue na secretaria do Sindicato, no horário de 13:00 às 17:00 horas (de segunda a sexta - feira), nos dez dias subsequentes a publicação deste.

Em razão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em complementação ao requerimento de inscrição deverá ser apresentada autorização de divulgação dos dados constantes do requerimento, com assinatura reconhecida por autêntica ou semelhante. O modelo de autorização poderá, igualmente, ser retirado na secretaria do Sindicato.

Paranaguá, 27 de março de 2023.

Sem mais para o momento,  
Saudações Sindicais

**Jorge Luiz Cecon-Ribeiro**



Solicitamos o comparecimento ao setor de Recursos Humanos das funcionárias Denice da Cruz e Jaqueline Machado da Silva para tratar de assuntos de seus interesses.

**MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE  
ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Medicina e Segurança do Trabalho a fim de acompanhar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), em atendimento a solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Data de abertura e julgamento das propostas: 11/04/2023, às 14h. O edital está disponível na página [bllcompras.com](http://bllcompras.com) e no site [www.campodotenente.pr.gov.br](http://www.campodotenente.pr.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail [licitacaooctpr@gmail.com](mailto:licitacaooctpr@gmail.com).

Campo do Tenente, 24 de Março de 2023.

**Weverton Willian Vizenin  
Prefeito**



**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ  
Estado do Paraná – Palácio São José  
Comissão Permanente de Licitação – CPL**

**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA  
CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023  
PROCESSO Nº 5923/2023**

A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Esportes-SESPOR, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Chamada Pública para subscrição de Termo de Cooperação entre o poder Público Municipal e a Iniciativa Privada, com o fim de obter parceiros e cooperadores, para viabilizar a realização do Evento "COPA MUNDO DO FUTSAL SUB-21" e "COPA MUNDO MUNDO FUTSAL FEMININO" Nesta cidade de Paranaguá/PR, evento do Calendário Oficial de Eventos da Secretaria Municipal de Esportes do município, bem como a transmissão remota do evento de culminância ao grande público através das redes sociais da Prefeitura de Paranaguá.

Os envelopes com os documentos deverão ser apresentados para o Credenciamento do dia 27/03/2023 à 12/04/2023, no horário das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, Sessão pública de Abertura: 12/04/2023 às 09h:00. Rua Júlia da Costa, nº 322, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, 1º andar – Palácio São José. O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no endereço acima mencionado, no horário das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, ou através do site: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) no link Chamada Pública. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br) ou através do telefone 41-3721-1787.

Paranaguá, 24 de março de 2023.

**SHEILA DA ROSA MARIA  
Comissão Permanente de Licitação – CPL**

EDITAL DE CITAÇÃO PELO PRAZO DE 30 DIAS Nº DO PROCESSO: 0015022-32.2022.8.16.0188 AÇÃO: Alteração do Regime de Bens Requerentes: ANDREA OLCHA NAIZER DOS SANTOS MOURA e JULIANO CESAR DE ARAUJO MOURAO. Doutor Lauro Augusto Fabricio de Melo Filho, MM, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família de Curitiba do Estado do Paraná, por nomeação na forma da lei etc. FINALIDADE NOS TERMOS DO ART. 734 § 1º NCCP, DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM que ANDREA OLCHA NAIZER DOS SANTOS MOURA e JULIANO CESAR DE ARAUJO MOURA ingressaram neste juízo com Medida de ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS de seu casamento, de Comunhão Parcial de Bens para Comunhão Universal de Bens. DESPACHO: 1. ANDREA OLCHA NAIZER DOS SANTOS MOURA e JULIANO CESAR DE ARAUJO MOURA, casados entre si (seq. 1.5), pretendem a alteração do regime de bens de seu casamento da comunhão parcial para a comunhão universal. 2. Com fundamento no art. 734 do CPC e art. 406 do Código de Normas, intimem-se os Requerentes para: (a) providenciarem a publicação de edital, com prazo de 30 (trinta) dias, a fim de imprimir publicidade à mudança e resguardar direitos de terceiros; e (b) apresentarem: certidões negativas de débito tributário nas esferas Municipal e Estadual; certidões do 3º Ofício Distribuidor; e certidões da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. 3. Feito isso, abra-se vista ao Ministério Público, 4. Int. Diligencie-se. E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e, publicado na forma da lei.



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ  
GESTÃO 2023/2026  
CONSTRUINDO A LUZ NO PARANÁ

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA**

O Presidente do SINDIURBANO-PR Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná vem pelo presente convocar todos os empregados da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A para a realização de Assembleia Específica por Empresa, conforme estabelecem os artigos 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28 do Estatuto Social da entidade a ser realizada no dia 30 de março de 2023 às 16h00min em primeira chamada com a presença de metade mais um dos trabalhadores e, em segunda chamada, 30 minutos após, com qualquer número de presentes.

A assembleia será realizada através da página do SINDIURBANO-PR no aplicativo Facebook endereço: <https://www.facebook.com/sindiurbanosindicato/live/>.

A votação será realizada através do sistema de votação WEBCAD no endereço <http://php7.webcad.com.br/sindiurbano/>, sendo o link para votação aberto às 18h00min do dia 30/03/2023 e encerrada no dia 03/04/2023 às 14h00min, com seguinte pauta:

I. Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, pelos empregados associados e os não associados, para realizar as negociações da data-base, bem como, celebrar e assinar Acordo Coletivo de Trabalho da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A;

II. Discussão, deliberação e autorização prévia e expressa da categoria de trabalhadores representados e não filiados ao sindicato, para a anuência do desconto desses trabalhadores da taxa negocial no importe de 3% (três por cento) do salário base, após aprovação em assembleia da contraproposta do ACT;

III. Discutir, deliberar e aprovar pauta de reivindicação para o Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024 da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A;

IV. Autorização para que a Direção do SINDIURBANO-PR suscite medidas administrativas e ou judiciais (dissídio coletivo e outros), caso resultem infrutíferas as tentativas de negociação coletiva diretamente com a URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A;

Curitiba, 27 de março de 2023

**Valdir Aparecido Mestriner  
Presidente**

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(za) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001454-72.2022.8.16.0147, em que é(são) autor(es) CLEITON KIELSE BORDINI CRISOSTOMO, e que por este edital procede a CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel RURAL, situado no lugar denominado "CAETE", no Município de RIO BRANCO DO SUL - PR, com a área de 18.46460 hectares - Perímetro: 2.049,70m, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. Sendo que, na petição inicial foi alegado em síntese que: " Alega o autor que por escritura pública de cessão e transferência de direitos possessórios, tomada às fls. 167/168/v, do livro nº 129- E, do TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS da Comarca de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, lavrada no dia 30 de maio de 2.008, adquiriu de FREDERICK RAYMOND GILL e sua esposa DEBORAH IRENE MARIE GILL, os direitos possessórios sobre os referidos imóveis, cujas áreas são contíguas. Sustenta também o autor que, somada a longevidade da posse de seus antecessores com a que exercita nos terrenos descritos, comprova-se que ela (a posse) vem sendo exercida por ele de forma mansa, pacífica, ininterrupta e com ânimo de dono há mais de 30 (trinta) anos. Menciona ainda que, diante de tal situação fática e de direito, fica demonstrado que estão presentes os requisitos exigidos para usucapir, como a continuidade e a tranquilidade da posse que atravessou esse decurso de tempo de mais de três (3) décadas sem a menor ou mais leve contestação, presente também o requisito objetivo do animus domini, pois, possuiu a coisa com a convicção de proprietário. Assim, com fundamento no artigo 1.238 do Código Civil e pretendendo legitimar a situação de fato dos citados imóveis que contém ÁREAS CERTAS E DELIMITADAS e possa formalizar a propriedade, requer seja reconhecido e declarado o domínio dos imóveis antes identificados em seu favor (do autor), com a determinação para a abertura das respectivas Matrículas e o registro da sentença no Cartório de Serviço de Registro de Imóveis da situação dos imóveis.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, Inc. IV, CPC). Eu, Fabiana Bueno Carneiro, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rio Branco do Sul, 09 de março de 2023. Marcelo Teixeira Augusto Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 12ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Rua Mateus Leme, 1.142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9512 - E-mail: CTBA-12VJ-S@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Larissa Salomão PRAZO DE 60 dias úteis O Juiz de Direito Marcelo Ferreira, da 12ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Prestação de Serviços, sob nº 0008832-35.2022.8.16.0194, em que é autor YORK PARK ESTACIONAMENTOS LTDA, e ré Larissa Salomão, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s), parte(s) Promovido Larissa Salomão portador(a) do CPF 962.111.999-53. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Ocorrendo transação antes da sentença, as partes ficam dispensadas das custas remanescentes (CPC, art. 90, § 3º), e se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade (art. 90, § 4º). Resumo da ação: " Em 16 de setembro de 2020, às 16:51, o veículo FIAT 500 CULT, cor branca, com ano de fabricação e modelo 2012/2013, com placas AWK-3651 e Renavam de nº 00505014130, o qual pertence a RÉ LARISSA SALOMÃO, deu entrada no estacionamento do AUTOR YORK PARK ESTACIONAMENTOS LTDA e, desde então, não realizou a retirada do automóvel, permanecendo no local por aproximadamente dois anos. O valor diário cobrado seria de R\$ 30 (trinta reais) e, tendo em mente que o carro permaneceu no local desde o dia 16/09/2020, a quantia da dívida totaliza em R\$ 37.660,59 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta reais e cinquenta nove centavos).". Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Karen Leticia Borges Domingues, Analista Judiciário, conferi, digitei e assinéi, autorizada pela Portaria 01.2019. Curitiba, 23 de março de 2023. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.

A melhor relação  
custo x benefício  
em publicidade legal

está no

Bem Paraná



Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

